



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0002264-87.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Modificação ou Alteração do Pedido**
 Requerente: **Lindalva Francisco da Silva**
 Requerido: **Marcelo Aparecido da Silva e outro**

Proc. 248/13

4ª. Vara Cível

Vistos, etc.

LINDALVA FRANCISCO DA SILVA, já qualificada nos autos, moveu ação de modificação de guarda contra MARCELO APARECIDO DA SILVA e MAIARA ALICE DE SANTANA, também já qualificados, alegando, em síntese, que é mãe do co-réu Marcelo, que por sua vez, é pai do menor Guilherme Rogério Romão Silva, nascido em 30 de julho de 2005.

Diz a autora que convive diariamente com o neto e este lhe disse que seus pais são usuários de drogas.

Ciente de tal situação, a autora requereu a internação compulsória de seu filho, o co-réu Marcelo.

Outrossim, dirigiu-se ao Conselho Tutelar, denunciando a situação e o menor foi colocado sob seus cuidados.

Aduzindo que pretende a guarda do neto, pois teme que a genitora deste o retire de sua residência e o exponha a situações de risco, protestou a autora pela procedência desta ação.

Pugnou, ainda, a autora, pela concessão da guarda provisória do neto, em sede de liminar.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Docs. acompanharam a inicial (fls. 05/15).

Após parecer favorável do MP, este Juízo, a fls. 21, antecipou os efeitos da tutela, concedendo à autora, a guarda do menor, bem como determinou a realização de estudo psicossocial do caso.

Regularmente citados (fls. 23 e 45), os réus não contestaram a ação.

Em consequência, tornaram-se revéis.

Laudo do setor técnico a fls. 26/33, sobre o qual a autora se manifestou a fls. 35/35vº.

O MP se manifestou a fls. 36, opinando pela procedência desta ação.

É o relatório.

DECIDO.

O julgamento antecipado da lide é cabível in casu, como será demonstrado.

Regularmente citados para esta demanda, os suplicados não contestaram a ação.

Consequentemente, tornaram-se revéis.

A revelia faz presumir verdadeiros os fatos alegados na inicial, notadamente, a situação vivida pelo menor, que já se encontra sob a guarda de fato da autora, sua avó.

Ante o exposto, o decreto de procedência é de rigor, para que situação de fato já existente seja adequada ao direito.

Não pode passar sem observação que a concessão da guarda do menor à requerente é a situação que melhor convém aos interesses da criança, tendo em conta o teor do minucioso laudo psicossocial inserido a fls. 42/51.

Com tais considerações e o mais que dos autos consta, julgo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

procedente a ação.

Em consequência, concedo à suplicante, me caráter definitivo, a guarda do menor GUILHERME ROGÉRIO ROMÃO SILVA, seu neto, devidamente qualificado nos autos.

Transitada esta em julgado, lavre-se o competente termo de guarda definitivo.

Condeno os réus ao pagamento das custas do processo e honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor atribuído à causa.

P. R. I. C.

SÃO CARLOS, 07 de maio de 2014.

THEMÍSTOCLES BARBOSA FERREIRA NETO
 JUIZ DE DIREITO

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**